

Bird financiado Descoberto com Cz\$ 30 milhões

ANC 88
Pasta 24 a 30
Abril/87
086

Ao falar ontem à Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Assembleia Nacional Constituinte, sobre o orçamento do DF, o secretário de Governo, José Carlos Mello, previu para o próximo mês a ida do governador José Aparecido a Nova Iorque onde acertará os detalhes de um empréstimo de 30 milhões de dólares pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), que serão utilizados na ampliação do sistema de captação de água do Rio Descoberto.

Os graves problemas de abastecimento de água no DF vieram à tona em função do alerta lançado por Mello no sentido de que "se nada for feito nos próximos anos a situação em Brasília poderá ser de calamidade pública". Ante a indagação do senador Meira Filho (PMDB) de que se tais dificuldades não seriam criadas apenas para viabilizar a obtenção de novos recursos externos, Mello prontificou-se a colocar à disposição dos parlamentares os estudos desenvolvidos pela Caesb mostrando o grau da problemática.

Além disso, antecipou que o GDF pleiteia outros 70 milhões de dólares ao Bird para dar início à construção da barragem do que será o grande Lago São Bartolomeu. Ele orçou a obra em 300 milhões de dólares ressaltando que "com este primeiro empréstimo ela poderia ser iniciada". Nada neste setor, porém, é feito a curto prazo. A barragem, por exemplo, é uma obra para 10 anos. Todos os nossos estudos e projetos já estão nas mãos dos técnicos do Bird e é bem possível uma rápida liberação destes recursos".

Em relação às obras do Sistema Descoberto, o secretário informou que elas consistirão da construção de uma nova adutora e ampliação da própria capacidade de armazenagem do sistema. Segundo Mello, as obras, confirmada a liberação do empréstimo, poderão ter início ainda em 87.

RECURSOS

Antes de cair na crise da água, pautada pela colocação de que a infra-estrutura de Brasília custa muito aos cofres governamentais, já que todas as previsões urbanísticas foram extrapoladas, Mello decodificou em linhas gerais a origem e aplicação orçamentária do Distrito Federal.

Saltou aos olhos dos constituents a informação de que cerca de 57 por cento da receita do DF provém da União, sem que exist

ta uma lei sequer que regulamente a questão. Objetivo, o secretário afirmou que "estas verbas são repassadas por pura tradição. Desde que Brasília foi construída isto existe, mas nada consta em lei". Dos 43 por cento restantes, apenas 38 por cento são captados diretamente pelo GDF, a partir de impostos como o IPTU, ISS e o ICM do Distrito.

Este último mereceu explicação especial por parte de Mello, relatando que "ele nasceu nos primórdios de Brasília, a partir do fato de que a importação do trigo é feita pelo Banco do Brasil, o que justificaria o pagamento de impostos ao DF". No entendimento de Mello esta é uma fórmula artificial. Quanto aos 5 por cento dos restantes dos recursos próprios do GDF, Mello salientou que eles são oriundos, também, dos cofres da União. "Só que isto está previsto em lei", assinalou.

Quanto às despesas, o secretário revelou um dado que já não mais surpreende legisladores do País dos marajás: 80 por cento dos recursos são destinados aos gastos com o pagamento dos 81 mil funcionários do Governo. Outros 11 por cento são destinados ao pagamento de despesas de crédito, restando, portanto, apenas 9 por cento para aplicação em obras e investimentos produtivos de modo geral. Em 86, o orçamento do GDF, excluindo-se as empresas públicas, foi de Cz\$ 8 bilhões. Para este ano, levando-se em conta a inflação, ele deverá chegar à casa dos Cz\$ 20 bilhões.

REFORMA

Sobre que dispositivos a Constituinte poderia introduzir na nova Constituição, Mello — ressaltando a dificuldade para legislar no campo da arrecadação tributária — assinalou que a sonegação, até por tradição, é uma das grandes anomalias existentes. Segundo ele, "só uma lei draconiana, como existe na Itália, que qualifica como inafiançável o crime de sonegação, seja por parte do comerciante como do consumidor, poderia resolver este problema".

Especificamente sobre a dependência do DF em relação à União, Mello sugeriu aos Constituintes a formulação de leis que garantam o repasse dos 57 por cento de recursos hoje liberados apenas pró-forma. "É claro que a União não bloquearia estes recursos de uma hora para outra, mas acredito ser de extrema importância a regulamentação desta questão", justificou.

ANC

X